



**Regulamento do  
Curso de Segurança e Defesa  
para Jornalistas (CSDJ)**

Aprovado por Despacho do Exmo. Diretor do IDN  
em 27 de Fevereiro de 2012

### **Preâmbulo**

O Instituto da Defesa Nacional (IDN), de acordo com a legislação aplicável, tem como missão principal o apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação das questões de segurança e defesa, à volta da qual se articulam os principais serviços que presta à Comunidade. Ao IDN compete, entre outras tarefas, o estudo, a investigação e a divulgação dos problemas de Segurança e Defesa Nacional, com vista ao exercício de atividades pedagógicas, de esclarecimento e de sensibilização. No âmbito da sua missão pedagógica, o IDN ministra anualmente o Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas, adiante designado por CSDJ. O presente regulamento define a finalidade e os objetivos do CSDJ, bem como as linhas gerais da sua estrutura e funcionamento, do processo de seleção e da avaliação dos participantes.

### **Capítulo I**

#### **FINALIDADE, METODOLOGIA E OBJETIVOS**

##### **Artigo 1.º**

##### **Finalidade e Metodologia**

1. O CSDJ tem por finalidade contribuir para a sensibilização e formação de quadros e futuros quadros ligados à comunicação, numa perspetiva de aprofundar a sua cultura de segurança e defesa.
2. O CSDJ parte de uma abordagem integrada e global que enquadra a complexa problemática dos conflitos modernos, numa perspetiva geral da segurança e defesa, passando pelas questões da atualidade em matéria de política e defesa nacional, das articulações da segurança cooperativa e do próprio papel dos *media* num ambiente de conflito armado.

##### **Artigo 2.º**

##### **Objetivos**

São objetivos do CSDJ:

1. Promover o conhecimento e a reflexão esclarecida sobre as questões do âmbito da segurança e da defesa;
2. Sensibilizar os auditores para o conceito alargado de segurança;
3. Promover o conhecimento, aprofundar a capacidade crítica e desenvolver a cultura de segurança e defesa, como bases para o desempenho de futuras funções de responsabilidade numa perspetiva de comunicação pública;
4. Proporcionar contato direto com a realidade das estruturas de segurança e defesa nacional.

**Capítulo II****ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO****Artigo 3.º**  
**Âmbito da Formação**

1. A formação ministrada no CSDJ é de âmbito nacional e poderá ser assegurada em Lisboa, no Porto, bem como em outras localidades, conforme determinação anual da Direção do IDN.
2. O CSDJ é frequentado por auditores (as) sendo assegurado na totalidade ou em parte substancial em língua portuguesa.

**Artigo 4º**  
**Organização, Plano e Atividades do Curso**

1. O CSDJ organiza-se por módulos, com duração definida anualmente pela Direção do IDN, precedida de prévio parecer pelo órgão com competência científica, nos termos da lei orgânica do IDN.
2. O Plano de atividades do CSDJ é aprovado pelo Diretor do IDN, precedido de prévio parecer pelo órgão com competência científica, nos termos da lei orgânica do IDN.
3. O CSDJ integra as seguintes atividades:
  - a) Conferências, painéis e debates subordinados às temáticas do âmbito do CSDJ;
  - b) Visitas a órgãos diretamente relacionados com a segurança e defesa, numa perspetiva nacional;
  - c) Realização e apresentação de trabalhos.

**Artigo 5º**  
**Frequência, Faltas e Desistências**

1. O CSDJ é frequentado em regime de tempo parcial.
2. É obrigatória a participação dos (as) auditores (as) em todas as atividades constantes no plano de atividades do curso.
3. Os auditores (as) que faltem, por qualquer razão não justificada, a mais de 10% das atividades constantes do plano de atividades do curso, não têm direito ao certificado individual de frequência do curso.
4. O total das faltas justificadas e não justificadas, não pode ultrapassar 20% das atividades constantes do plano de atividades do curso, para efeitos de atribuição de certificado individual de frequência.
5. Os auditores (as) que queiram desistir da frequência do CSDJ devem formalizá-lo por carta dirigida ao Diretor do IDN.
6. Os auditores (as) que desistam do CSDJ poderão formalizar nova candidatura em próxima edição do curso, para a qual concorrerão em igualdade de circunstâncias com outros candidatos.



**Artigo 6º**  
**Financiamento e Propina**

1. O CSDJ é suportado pelo orçamento do IDN, ao qual acresce uma propina única assegurada pelos (as) auditores (as) admitidos (as), fixada anualmente pelo Diretor do IDN, e que constará das condições de candidatura divulgadas em cada ano.
2. Os custos respeitantes à organização e funcionamento do CSDJ poderão ainda ser assegurados por patrocinadores, nos termos e condições a definirem, através de protocolos estabelecidos para o efeito e com recurso a programas e fundos de financiamento nacionais ou internacionais.
3. A liquidação da propina única a que se refere o n.º 1 deve ter lugar até ao início da frequência do curso.

**Artigo 7º**  
**Direção de Curso**

1. O CSDJ é dirigido por um Diretor (a) de Curso nomeado (a) pelo Diretor do IDN.
2. Ao Diretor (a) de Curso compete:
  - a) Planear e assegurar a execução da programação geral do CSDJ, aprovada pelo Diretor do IDN;
  - b) Presidir à Comissão de Seleção dos candidatos ao CSDJ;
  - c) Recolher a apreciação dos (as) auditores (as) sobre o curso;
  - d) Submeter à apreciação superior os requerimentos dos auditores (as);
  - e) Recolher os elementos de avaliação qualitativa relevantes nos termos do n.º 2 do artigo 16º;
  - f) Propor ao Diretor do IDN a não atribuição de certificado de frequência final.

**Capítulo III**

**ACESSO E ATRIBUIÇÃO DE VAGAS**

**Artigo 8º**  
**Vias de acesso ao CSDJ**

1. As vias de acesso ao CSDJ são as seguintes:
  - a) Designação institucional;
  - b) Candidatura individual;
2. O Diretor do IDN poderá considerar a atribuição de vagas específicas, designadas por vagas próprias do IDN, em número não superior a 4 (quatro).
3. As vagas a que se refere a alínea anterior são atribuídas anualmente por despacho do Diretor do IDN, considerando os seguintes critérios:
  - a) Preencham os critérios gerais e especiais, considerando a relevância do perfil académico ou do desempenho profissional;

b) Preencham os critérios gerais e especiais e cuja proficiência do sector profissional em que se inserem, seja relevante para a difusão alargada e/ou pública de uma cultura estratégica de segurança e defesa.

**Artigo 9º**  
**Atribuição de Vagas**

1. O número de vagas do CSDJ, tanto institucionais como individuais é aprovado anualmente pelo Diretor do IDN, sob proposta do Diretor de Curso.
2. O preenchimento de todas as vagas faz-se através de designação institucional e por candidatura individual.

**Artigo 10º**  
**Vagas Institucionais**

1. O IDN convida anualmente entidades representativas da sociedade civil, no âmbito da comunicação pública, para designarem auditores para a frequência do CSDJ.
2. A designação do titular de vaga institucional é feita pela entidade convidada até à data fixada pelo Diretor do IDN, por notificação escrita, acompanhada de *curriculum vitae* do designado e da ficha de síntese curricular, revertendo a vaga para candidatura individual no caso de omissão ou extemporaneidade da designação.
3. No processo de designação do titular da vaga institucional, a entidade convidada deve assegurar que o candidato nomeado preenche os requisitos gerais de admissão ao CSDJ.
4. Compete ao IDN certificar que os requisitos de admissão para frequência do CSDJ são preenchidos, bem como recusar a frequência aos candidatos que não os detenham.

**Artigo 11º**  
**Vagas Individuais**

1. As candidaturas individuais são apresentadas através de requerimento dirigido ao Diretor do IDN no prazo, termos e condições divulgadas anualmente.
2. As candidaturas são apresentadas integrando os seguintes documentos:
  - a) Ficha de síntese curricular devidamente preenchida;
  - b) Curriculum Vitae;
  - c) Cópia de certificados de habilitações e/ou cópia da carteira profissional.



#### **Capítulo IV**

#### **CANDIDATURAS E ADMISSÃO**

##### **Artigo 12º**

##### **Requisitos de Admissão**

1. A admissão ao CSDJ contempla requisitos gerais e critérios especiais de admissão.
2. Os requisitos gerais são preenchidos por pelo menos uma das seguintes condições:
  - a) Ser formando, titular de formação e/ou experiência profissional na área da comunicação social, comunicação pública e jornalismo.
  - b) O desempenho de funções na área da comunicação pública e para as quais os objetivos do curso sejam considerados de elevado interesse, pode ser considerado suficiente para efeitos de preenchimento dos requisitos gerais.
  - c) São ainda relevantes a experiência profissional e outros aspetos curriculares que assegurem a difusão pública de uma cultura estratégica de segurança e defesa.
  - d) Podem ser admitidos outros candidatos, cujo perfil profissional dê garantia de habilitação suficiente para a sua frequência.
3. Os critérios especiais são definidos anualmente pelo Diretor do IDN.

##### **Artigo 13º**

##### **Requisitos de Candidatura Individual**

1. Podem candidatar-se ao CSDJ cidadãos nacionais e cidadãos oriundos de outros países com vínculo académico ou profissional à comunicação pública e cujo currículo profissional dê garantias de habilitação suficiente para a sua frequência.
2. Os candidatos à frequência do CSDJ devem satisfazer os requisitos gerais de admissão expressos no presente regulamento, relevando os requisitos especiais que venham a ser definidos, para o processo de seleção de candidatos.

##### **Artigo 14º**

##### **Seleção de Candidatos Individuais**

1. Os candidatos são selecionados por uma Comissão de Seleção nomeada anualmente pelo Diretor do IDN.
2. A seleção dos candidatos é efetuada com base nos seguintes critérios:
  - a) Avaliação da qualificação académica;
  - b) Avaliação curricular e enquadramento profissional, ponderado o potencial relevante para a difusão alargada e/ou pública de uma cultura estratégica de segurança e defesa;
  - c) Avaliação do potencial de desenvolvimento da carreira na área da comunicação com relevância para a segurança e defesa nacional;
  - d) Avaliação de outros critérios especiais definidos anualmente pelo Diretor do IDN.

3. A lista dos candidatos apurados para a frequência do CSDJ é elaborada por ordenamento descendente e inclui um número razoável de suplentes, que passam a efetivos por desistência de candidatos efetivos, desde que esta ocorra até à data de início do curso.
4. A notificação individual dos resultados do concurso observará a regras fixadas no Código do Procedimento Administrativo.

**Artigo 15º**  
**Comissão de Seleção**

1. A Comissão de Seleção (CS) dos candidatos é composta pelos seguintes membros:
  - a) O (a) Diretor (a) de Curso, que preside com voto de qualidade;
  - b) Dois Assessores (as) de Estudos ou Investigadores (as) do IDN;
  - c) Um secretário do Núcleo de Planeamento, sem direito a voto.
2. A CS tem por atribuição elaborar a lista ordenada dos candidatos individuais a admitir à frequência do CSDJ e submetê-la à homologação do Diretor do IDN.
4. A CS aprova anualmente o seu regulamento de funcionamento.

**Capítulo V**

**AValiação, CONCESSÃO DE CERTIFICADOS E CRÉDITOS CURRICULARES**

**Artigo 16º**  
**Avaliação**

1. Os (as) Auditores (as) do CSDJ são objeto de avaliação qualitativa durante a frequência do curso, com base na aferição dos períodos de contacto, bem como na participação nas atividades curriculares do curso.
2. A avaliação qualitativa baseia-se nos seguintes critérios: pontualidade, assiduidade, qualidade e frequência da participação nos debates, qualidade na prestação dos trabalhos de grupo em termos de conteúdo escrito e apresentação final.

**Artigo 17º**  
**Concessão de Certificados de Curso**

1. É atribuído um Certificado aos auditores (as) que tenham cumprido as seguintes condições cumulativas:
  - a) Cumpram 90% das atividades do plano de atividades do CSDJ ou o disposto no n.º 4 do artigo 5º deste regulamento;
  - b) Obtenham avaliação qualitativa adequada.
2. O certificado de curso poderá ser acompanhado, sempre que solicitado, por uma declaração com a descrição da carga horária constante do detalhe do curso.

**Artigo 18º**  
**Créditos Curriculares (ECTS)**

O Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas não concede créditos curriculares numa perspetiva de continuação de estudos académicos.

**Capítulo VII**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 19º**  
**Proteção de Dados**

1. No respeitante às normas de proteção de dados, o IDN garante a confidencialidade e o sigilo dos dados, pessoais e institucionais, recolhidos na seleção e na frequência do CSDJ, nos termos das disposições em vigor.
2. Os dados fornecidos ao IDN apenas serão utilizados para os fins relacionados com o curso e não serão disponibilizados a terceiros ou alvo de atualizações, sem a autorização expressa dos respetivos titulares.

**Artigo 20º**  
**Entrada em Vigor**


1. O presente Regulamento entra em vigor um dia após a data de aprovação pelo Diretor do Instituto da Defesa Nacional.
2. Quaisquer dúvidas de interpretação ou aplicação do Regulamento serão esclarecidas por Despacho escrito do Diretor do Instituto da Defesa Nacional.

**Artigo 21º**  
**Revisão do Regulamento**

O presente Regulamento será revisto decorridos dois anos após a sua entrada em vigor, ou sempre que se justifique.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2012

O Diretor do Instituto da Defesa Nacional

  
Vítor Daniel Rodrigues Viana  
Major-General

*Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.*